



MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

EDITAL Nº01/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

Município de Lindolfo Collor
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Tipo de julgamento: menor preço Global
Modo de disputa: aberto

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDOLFO COLLOR, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de educação de Lindolfo Collor, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://pregaobanrisul.com.br/> no **dia 17 de Janeiro de 2024, com abertura das propostas às 09h e abertura da disputa às 09h e 30min**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I):

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR KM REFERÊNCIA	VALOR GLOBAL REFERÊNCIA (57.580KM)
1	prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de educação de Lindolfo Collor	R\$ 9,98	R\$574.648,40





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR Estado de Rio Grande do Sul

Constitui objeto da presente licitação a prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de educação de Lindolfo Collor, conforme descrito e especificado no ANEXO I – Termo de Referência.

1.2 Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços, inclusive EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), deverão ser fornecidos pela Licitante Vencedora (ex.: combustível, materiais de manutenção dos veículos, etc.).

1.3 A empresa executará estes serviços fornecendo os veículos com ano de fabricação conforme Legislação Federal/Estadual/DAER e com condutores habilitados. Os serviços deverão ser prestados diariamente, conforme especificado no Anexo I.

1.4 Na realização dos serviços a licitante vencedora deverá:

- a) observar as boas normas de trabalho e atender na íntegra os serviços solicitados, devendo responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes do serviço prestado;
- b) através de seu preposto, bem como as pessoas que irão executar os serviços, objeto deste edital, zelar pelo patrimônio público e integridade física dos passageiros;
- c) disponibilizar os EPIs conforme a função a ser realizada;
- d) arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais referentes a execução do objeto acima;

1.5 O roteiro 03 com saída na Vila Três Passos (Loteamento Popular) deverá ser realizado com micro-ônibus, pois a estrada não comporta um veículo maior.

1.6 A empresa deve fornecer termômetro infravermelho e aferir a temperatura dos alunos na entrada do ônibus.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/#/home> .

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR Estado de Rio Grande do Sul

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**,





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo VII – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Documento de Identificação dos veículos conforme orientação do Item 1.3 do Edital.
- f)** Declarações dos Anexos IV, V e VI.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f)** declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

AD

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: ----- = índice mínimo: ()*

PC

AC

LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = índice mínimo: ()*

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL:----- = índice mínimo: ()*

PC + PELP

PL

GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: ----- = índice mínimo: ()*

PC + PELP

PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: ()*

AT

() definir*

Onde: *AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo*





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR Estado de Rio Grande do Sul

Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

5.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.4. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.2.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.2.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.2.7. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento (necessário que o órgão público regulamente essa possibilidade).

7. VEDAÇÕES

Av. Capivara, 1314, Centro, Lindolfo Collor – RS – CEP 93940-000
Fone: (51) 3552 1444 - CNPJ: 94.707.486/0001-46
www.lindolfocollor.rs.gov.br





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,00 (hum real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

9.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR Estado de Rio Grande do Sul

situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (através de anexo), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 **A licitante deverá apresentar no ato da assinatura do contrato:**

16.2.1 **Laudo de Inspeção Técnica Veicular (LIT), realizado pelo INMETRO com fotografia Frontal, Lateral e Traseira do Veículo, assinada por engenheiro mecânico devidamente registrado no órgão competente, conclusivo, que declare que o veículo encontra-se apto ao transporte de passageiros, emitido no ano de 2023 com validade mínima de 180 dias;(complemento art.136 e art.137 do CTB)**

16.2.2 **Seguro obrigatório em vigor do veículo disponível para os trajetos- DPVAT.**

16.2.3 **Relação explícita dos motoristas à prestação dos Serviços, que atendam aos requisitos do art.136 e 329, do Código de Trânsito Brasileiro, devidamente acompanhada da declaração de sua disponibilidade para prestação do serviço objeto do certame, firmada pelo representante da empresa ou pelo condutor autônomo, conforme o caso. (Retificação para constar art.138 do CTB)**

16.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

16.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17. VIGÊNCIA E DOTAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O termo inicial do contrato será dia 19 de Fevereiro de 2024 e o final será do ano letivo em 15 de dezembro de 2024.

17.2 A despesa decorrente desta Licitação onerará a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

01 – ENSINO FUNDAMENTAL – MDE

Manutenção do Ensino Regular

51699 – serviços de transporte escolar

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

04 – RECURSOS VINCULADOS/OUTROS

Manutenção do transporte Escolar

56799 – serviços de transporte escolar

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

04 – RECURSOS VINCULADOS/OUTROS

Manutenção do transporte Escolar

52899 – serviços de transporte escolar

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Av. Capivara, 1314, Centro, Lindolfo Collor – RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 3552 1444 - CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR **Estado de Rio Grande do Sul**

18.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária: 89099, material de consumo, recurso 1270 PROCAD SUAS.

18.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 dias da entrega total do(s) produto(s).

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.3. O prazo de entrega integral dos produtos é de 03 (três) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

19.2. Os materiais deverão ser entregues no CRAS, sito na Av Capivara, nº 1450, Bairro Centro, em Lindolfo Collor.

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

19.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR Estado de Rio Grande do Sul

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacoes@lindolfocollor.rs.gov.br.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Ivoti para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lindolfo Collor, 03 de Janeiro de 2024.

Gaspar Behne
Prefeito Municipal.





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO I

Termo de Referência - Km e Roteiros;

Relação de paradas do transporte escolar de Lindolfo Collor, conforme pontos de referência local.

01	Casa Gilnei Prass	Bairro 14 Colônias
02	Divisa 14 Colônias / Presidente Lucena	Estrada Geral 14 Colônias, 4680
03	Família Hub	Estrada Geral 14 Colônias, 5760
04	Bar do Franz	Estrada Geral 14 Colônias, 5737
05	Casa Fabiani Gedtel	Estrada Geral 14 Colônias, 959
06	Antigo Salão Gehm	Estrada Geral 14 Colônias, 508
07	Bar do Miroca	Estrada Geral 14 Colônias, 72
08	Salão Guido Schneider	Estrada Geral 14 Colônias, 80
09	Igrejinha	Estrada Geral 14 Colônias, 5927
10	Casa Ana Zaleski	Sertão Capivara, 6033
11	Mercado Nando	Sertão Capivara, 288
12	Divisa Capivarinha / Portão	Macaco Branco, 7274
13	Pontilhão	Macaco Branco, 601
14	Escola Nereu Ramos	Sertão Capivara, 2265
15	Cabana Mara Metz	Sertão Capivara, 1580
16	Casa Eugen Gaelzer	Sertão Capivara, 1321
17	Oficina do Ricardo	Sertão Capivara, 959
18	Centro	Sertão Capivara, 223
19	Associação 48	Capivara, 731
20	Entrada antigo Campo 48	Capivara, 547
21	Escola Monteiro Lobato	Estrada Geral 48 Baixa, 4305
22	Casa Lauri Sängner	Estrada Geral 14 Colônias, 5270
23	Casa do Delson Roese	Estrada Geral 48 Baixa, SN
24	Confinamento Petry	Estrada Geral 48 Baixa, 2889
25	Parada Petry	Estrada Geral 48 Baixa, 3543
26	Final Bairro Cidade Nova	Reinaldo Frederico Petry, 840
27	Antena Vivo	Reinaldo Frederico Petry, 348





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

28	Associação Petry	Reinaldo Frederico Petry, 70
29	Entrada Petry	Estrada Geral 48 Baixa, 3743
30	Escola Walter Hermann	Avenida Capivara, 2090
31	Parada Praça	Avenida Capivara, 26
32	Esquina 26 de março / 20 setembro	13
33	Esquina José Feldmann / 1º de maio	30
34	Portal - Rua Ipê	329
35	Portal - Rua Jacarandá (prox. Rua Palmeira)	189
36	Portal - Rua Jacarandá / Arthur Meurer	261
37	Escola Meno Dhein	Nova Prata, 101
38	Loteamento Popular	Rua B, 372
39	Casa Inês Heinzen	Danno Benno Rückert, 284
40	Ginásio Walter Hermann	Danno Benno Rückert, 206
41	Esquina R. Walter Arthur Heinz/R. Monteiro Lobato	Loteamento Sol Nascente
42	Escola Menno Edgar Heinle	Avenida Capivara
43	Entrada Malu	Avenida Capivara
44	Escola Ildo Meneghetti	Morada do sol – Ivoti
45	Rua C	Loteamento Popular
46	Escola 19 de Outubro	Ivoti
47	Casa da Família Feilstrecker	Bairro 14 Colônias





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO II

ROTEIRO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Roteiros do transporte escolar/2024

- Não incluso na quilometragem o deslocamento até o local de saída
- Veículos: 3 ônibus (sendo 2 deles com no mínimo de 48 lugares), e 1 micro ônibus.

Manhã – ida

Roteiro 01 (16,5 km) ônibus

Saída: 6h30 na parada 44 do Bairro 14 Colônias

Paradas: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 22, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 21, 19, 20, 30.

Destino: EMEF Monteiro Lobato
Escola Walter Herrmann

Roteiro 02 (13 km) ônibus

Saída: 6h30 na parada 09 Igrejinha

Paradas: 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21.

Destino: EMEF Nereu Ramos
Escola Walter Herrmann
EMEF Monteiro Lobato

Roteiro 03 (20 km) micro ônibus

Saída: 6h45 na parada 44 do Bairro 14 Colônias

Paradas: 01, 02, 03, 47, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 14, 18, 38, 39, 40, 18, 17, 15, 14.

Destino: EMEF Nereu Ramos
EE Walter Herrmann (Jardins)

Roteiro 04 (14,2 km)

4.1 (5,6 km)

Saída: 6h45 na parada 33 na Divisa de Lindolfo/Ivoti

Paradas: 31, 32, 33, 34, 35, 37, 30.

Destino: Escola Walter Herrmann

4.2 (8,6 km)

Saída: 7h na parada 30 Escola Walter Herrmann

Paradas: 30, 37, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 41, 42, 37.

Destino: EMEF Menno Heinle
EMEF Meno Dhein

Av. Capivara, 1314, Centro, Lindolfo Collor – RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 3552 1444 - CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

Meio dia – ida e volta

Roteiro 05 (35 km) ônibus

5.1 (10 km)

Saída: 11h15 na parada 14 EMEF Nereu Ramos

Paradas: 14, 11, 10, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 30. (baldeação com ônibus do roteiro 06 na parada 09)

Destino: **Volta** EMEF Nereu Ramos e Monteiro Lobato

5.2 (25 km)

Saída: 12h da parada 30 Escola Walter Herrmann

Paradas: 30, 16, 15, 11, 10, 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02, 01. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 14.

Destino: **Volta** Escola Walter Herrmann

Ida EMEF Nereu Ramos

Roteiro 06 (39 km) ônibus

Saída: 11h20 na parada 20 EMEF Monteiro Lobato

Paradas: 21, 29, 27, 26, 25, 24, 23, 21, 22, 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02, 01, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 14, 11, 10, 09, 21. (baldeação com o ônibus do roteiro 05 na parada 09 e segue para 14 Colônias. Entra no Macaco Branco e retorna com alunos da Nereu às 12h30)

Destino: **Volta** EMEF Monteiro Lobato

Ida EMEF Nereu Ramos

Ida EMEF Monteiro Lobato

Roteiro 07 (26 km) micro ônibus

7.1 (5 km)

Saída: 11h15 na parada 14 EMEF Nereu Ramos

Paradas: 14, 15, 16, 17, 18, 38, 39.

Destino: **Volta** EMEF Nereu Ramos (Jardins)

7.2 (21 km)

Saída: 12h na parada 30 Escola Walter Herrmann

Paradas: 30, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27. 27, 28, 29, 21, 20, 19, 18, 38, 39, 40, 14, 18, 21.

Destino: **Volta** Escola Walter Herrmann

Ida EMEF Monteiro Lobato

Ida EMEF Nereu Ramos (Jardins)

Roteiro 08 (16,8 km) ônibus

Av. Capivara, 1314, Centro, Lindolfo Collor – RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 3552 1444 - CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

8.1 (6,8 km)

Saída: 11h20 na parada 37 EMEF Meno Dhein

Paradas: 37, 42, 41, 36, 35, 34, 33, 32.

Destino: Volta EMEF Meno Dhein

Volta EMEF Menno Heinle

8.2 (10 km)

Saída: 12h na parada 30 Escola Walter Herrmann

Paradas: 30, 37, 35, 33, 30, 31, 32, 30, 31, 32, 36, 34, 33, 41, 42, 37.

Destino: Volta Escola Walter Herrmann

Ida EMEF Meno Dhein e Menno Heinle

Tarde – volta 17h

Roteiro 09 (15 km) ônibus

Saída: 17h na parada 14 EMEF Nereu Ramos

Paradas: 14, 13, 12, 11, 10, 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02, 01.

Destino: Volta EMEF Nereu Ramos

Roteiro 10 (10 km) ônibus

Saída: 17h na parada 20 EMEF Monteiro Lobato

Paradas: 21, 22, 09, 29, 28, 27, 26, 25, 24, 23.

Destino: Volta EMEF Monteiro Lobato

Roteiro 11 (6,7 km) ônibus

Saída: 17h na parada 37 EMEF Meno Dhein

Paradas: 37, 42, 41, 36, 35, 34, volta pelo KyDala, 31, 32, 33.

Destino: Volta EMEF Meno Dhein e EMEF Menno Heinle

Roteiro 12 (6,7 km) ônibus

7.1 (10 km)

Saída: 11h15 na parada 14 EMEF Nereu Ramos

Paradas: 14, 15, 16, 17, 18, 38, 39, 21, 18.

Destino: Volta EMEF Nereu Ramos (Jardins)

Volta EMEF Monteiro Lobato

Noite – ida noturno

Roteiro 13 (28 km) ônibus

Saída: 18h20 na parada 09 Igrejinha

Paradas: 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18,23, 24, 25, 26, 27, 29, 21, 20,19,18, 30, 46.

Av. Capivara, 1314, Centro, Lindolfo Collor – RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 3552 1444 - CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

Destino: Ida Escola Walter Herrmann
Ida Escola 19 de Outubro

Roteiro 14 (6,5 km) ônibus

Saída: 18h30 da parada 31 Praça Boa Vista

Paradas: 31 ,32 33, 34, 35, 36, 37, 3 paradas a definir no Pedras de Areia, 30.

Destino: EMEF Walter Herrmann

Noite – volta noturno

Roteiro 15 (28 km) ônibus

Saída: 23h da parada 46 EMEF 19 de Outubro

Paradas: 43, 30, 18, 19, 20, 21, 29, 27,26, 25, 24 ,23, 18, 17, 16, 15, 13, 12, 11, 10, 09.

Destino: Retorno

Roteiro 16 (6,5 km) ônibus

Saída: 23h da parada 30 Escola Walter Herrmann

Paradas: 30, 3 paradas a definir no Pedras de Areia, 37, 36, 35 ,34, 33, 32, 31.

Destino: Retorno

Quilometragem dos roteiros do transporte escolar – 2024

ROTEIRO	KM TOTAL DO ROTEIRO
01	16,5 km
02	13 km
03	20 km
04	14,2 km
05	35 km
06	39 km
07	26 km
08	16,8 km
09	15 km
10	10 km





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

11	6,7 km
12	6,7 km
13	28 km
14	6,5 km
15	28 km
16	6,5 km
TOTAL KM DIA	287,9 km

DATA INICIAL: 19/02/2024 DATA FINAL: 15/12/2024

200 DIAS LETIVOS:57.580 KM

VALOR DO KM: R\$9,98

VALOR REFERÊNCIA DO LOTE:R\$575.032,26 (CONTRATO 12 MESES)





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO III

ARTIGO 14 DO DECRETO 55.240 DE 10/05/2020

O transporte escolar deve seguir o que traz o artigo 14 do decreto nº 55.240 de 10 de maio de 2020 que institui as medidas sanitárias permanentes no transporte:

Art. 14. São de cumprimento obrigatório, em todo o território estadual, independentemente da Bandeira Final de cada Região, por todos os operadores do sistema de mobilidade, concessionários e permissionários do transporte coletivo e seletivo por lotação, bem como por todos os responsáveis por veículos do transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros, inclusive os de aplicativos, quando permitido o seu funcionamento, devendo o responsável cumpri-las e, quando for o caso, exigir o seu cumprimento pelos empregados, clientes ou usuários, as seguintes medidas permanentes de prevenção à epidemia de COVID-19:

I - observar e fazer observar a obrigatoriedade, para ingresso e permanência nos veículos, do uso de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa, em especial pelos passageiros, motoristas, cobradores e quaisquer outros empregados ou usuários;

II - realizar limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool líquido setenta por cento, solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

III - realizar limpeza rápida das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, com álcool líquido setenta por cento a cada viagem no transporte individual e, no mínimo, a cada turno no transporte coletivo;

IV - disponibilizar, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos, de álcool em gel setenta por cento;

V - manter, durante a circulação, as janelas e alçapões de teto abertos para manter o ambiente arejado, sempre que possível;

VI - manter higienizado o sistema de ar-condicionado;

VII - manter fixado, em local visível aos clientes e funcionários, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19;

VIII - observar as regras, em especial a determinação de lotação máxima, definidas nos Protocolos das medidas sanitárias segmentadas, aplicáveis à respectiva Região.

IX - A empresa deve fornecer e aferir a temperatura dos alunos com termômetro infravermelho na entrada dos alunos no ônibus.





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO IV

Modelo de Declaração (atendimento às exigências do Edital);

A/C
PREF. MUNIC. DE LINDOLFO COLLOR
EDITAL Nº XX/2024
PREGÃO ELETRÔNICO NºXX/2024

Declaro, para fins previstos neste Edital que a empresacom sede na , cidade de , inscrita no CNPJ nº , tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e concorda com todos os termos do Edital supracitado.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2024

Eu, ____ (nome completo), representante legal da empresa ____ (razão social da proponente), interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 08/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor/RS, declaro sob as penas das Lei nºs 8.666/93 e suas alterações posteriores, que, em relação à empresa acima mencionada, inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2024.

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa

Carimbo da empresa:





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO ART. 7º CF
PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2024

À Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade do Pregão Eletrônico nº. 08/2021, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

() salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2024.

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa





MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO VII

Modelo De Proposta Financeira

Valor por km – R\$	Valor total do contrato- R\$ 200 DIAS LETIVOS 57.580 KM
R\$	R\$

Validade da proposta: 60 dias

Data: ____ / ____ /2024

Nome e assinatura da empresa – CNPJ





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE ATA/CONTRATO N.º/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO ____/2024 – EDITAL ____/2024

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20__, de um lado o **MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.707.486/0001-46, com sede na Av. Capivara, nº 1314, bairro Centro, cidade de Lindolfo Collor/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gaspar Behne doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº ____, bairro _____, cidade de _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. (Sra.) _____, brasileiro(a), maior, portador(a) do CPF nº _____ doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do edital de licitação nº ____/____ e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A CONTRATADA executará para o MUNICÍPIO, de acordo com sua proposta no Pregão Eletrônico n.º ____/2024, prestação de serviços de transporte escolar conforme roteiros no Anexo I deste contrato, fornecendo o combustível, motorista devidamente habilitado, sendo que o veículo com motorista, deverá estar a disposição do MUNICÍPIO de acordo com o termo de referencia no Anexo I do Pregão Eletrônico n.º ____/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

§1º. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, de 19/02/2024 até 15/12/2024, ou quando findar o ano letivo de 2024, conforme a necessidade do MUNICÍPIO, podendo o contrato ser renovado.

§ 2º. Os valores deste contrato, poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste contrato, e eventual prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (____ reais), conforme a proposta vencedora da licitação, ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega do e apresentação de nota fiscal e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE.

Parágrafo único. O pagamento correrá em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
01 – ENSINO FUNDAMENTAL – MDE
Manutenção do Ensino Regular
51699 – serviços de transporte escolar





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
04 – RECURSOS VINCULADOS/OUTROS
Manutenção do transporte Escolar
56799 – serviços de transporte escolar

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
04 – RECURSOS VINCULADOS/OUTROS
Manutenção do transporte Escolar
52899 – serviços de transporte escolar

CLÁUSULA SETIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO

I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por ____ (_____) fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

II - Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;





MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR
Estado de Rio Grande do Sul

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Ivoti para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em _____
(_____) vias de igual teor e forma.

_____ (local), ____ (dia), de _____ (mês) de 20__.

XXXXXXXXXXXXX
Assessora Jurídica do Município

Gaspar Behne
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

